ISSN: 2358-8829

MEMÓRIA, IDENTIDADE E EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS A PARTIR DA LEI 10.639/03 EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE ICÓ (CE)

Laiany Henrique Félix [1]
Pedro Henrique de Sousa Ferreira [2]
Elias Leandro Silva [3]
Maria Danielle Limeira da Silva [4]

RESUMO

Este artigo discute a relação entre memória, identidade e educação antirracista a partir da implementação da Lei nº 10.639/03 em uma escola pública de Icó (CE), partindo do entendimento de que o racismo no Brasil se configura como estrutural e atravessa instituições, práticas sociais e subjetividades, impactando diretamente o espaço escolar. Nesse contexto, o estudo tem como objetivo analisar como práticas pedagógicas baseadas na memória individual e coletiva podem contribuir para a construção da identidade dos estudantes e para a efetivação de uma educação antirracista, favorecendo o reconhecimento dos alunos como sujeitos históricos e sociais. A pesquisa foi desenvolvida por meio de uma abordagem qualitativa, de natureza descritiva e interpretativa, configurando-se como um relato de experiência realizado com uma turma do 2º ano do ensino médio da Escola de Ensino Médio em Tempo Integral Vivina Monteiro, em Icó (CE), envolvendo rodas de conversa, atividades de escrita autobiográfica, resgate de memórias familiares e comunitárias e a produção de um livreto coletivo com as narrativas dos estudantes. O referencial teórico fundamenta-se em autores como Almeida, Gomes, Munanga, Cunha Júnior, Nunes, Souza, Halbwachs, Pollak, Boaventura de Sousa Santos e Paulo Freire, abordando temas como racismo estrutural, currículo, identidade, memória, epistemicídio e educação crítica. Os resultados evidenciam que, inicialmente, os estudantes apresentavam dificuldades em reconhecer suas trajetórias como relevantes, mas, ao longo das atividades, ocorreu um processo de ressignificação identitária, fortalecimento do pertencimento e valorização das experiências pessoais e coletivas, sendo a produção do livreto destacada como instrumento pedagógico e político de visibilização das narrativas estudantis. Conclui-se que a articulação entre memória e educação antirracista constitui uma estratégia potente para a efetivação da Lei nº 10.639/03, contribuindo para práticas pedagógicas mais críticas, inclusivas e comprometidas com a justiça social e a valorização das identidades negras.

Palavras-chave: Educação antirracista, Memória individual e coletiva, Identidade, Lei 10.639/03, Cidadania.

[1] Mestranda do Programa de Mestrado Profissional em Educação da Universidade Regional do Cariri – URCA; Professora de História da Rede Estadual de Educação do Ceará– SEDUC, laianyfelix24@gmail.com;
[2] Graduado em História pela Universidade Federal de Campina Grande - UFCG; Professor de História da Rede Estadual de Educação do Ceará – SEDUC, henrique.sousa.phsf@gmail.com
[3] Especialista em Metodologia do Ensino de Matemática e Física pela Faculdade do Leste Mineiro – MG; Professor da Rede Estadual de Educação do Ceará – SEDUC, eliasleandro842@gmail.com.
[4] Mestranda do Programa de Mestrado Profissional em Ensino de Biologia da Universidade Estadual do ceará – UECE; Professora de Biologia da Rede Estadual de Educação do Estado do Ceará – SEDUC, danybio11@hmail.com.